JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório: TOMADA DE PREÇOS nº.02/2020

Recorrente: **M.H.WEBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI - EPP**

Recorrido: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Contra Razões: PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

I) DAS PRELIMINARES

O julgamento decorre de Recurso Administrativo contra decisão da Comissão Permanente de Licitação de classificar a proposta da empresa PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, e declará-la vencedora.

Na sessão de julgamento das propostas ocorrida em 30/03/2020, houve abertura de prazo de recurso respeitando previsão legal do Art. 109, inciso I, da Lei 8.666/1993.

"Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata"

Dado recebimento do recurso tempestivamente no dia 03/04/2020 através protocolo nº.1009/2020, houve impugnação ao recurso apresentado, mediante protocolo nº.1057/2020 datado em 13/04/2020 pela empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP**, que exerceu seu direito no prazo elencado Art. 109, §3º da Lei 8.666/1993.

"Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis."

II) DO EFEITO SUSPENSIVO

O recurso apresentado teve efeito suspensivo no processo da Tomada de Preços nº.02/2020, por força do Art.109 §2º da Lei 8.666/1993.

"§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos."

III) DAS RAZÕES

A empresa **M.H.WEBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, impetrou recurso administrativo contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação que classificou e declarou vencedora a empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP**.

A recorrente ainda solicitou uma auditoria das planilhas da proposta da vencedora, alegando conter erros insanáveis na confecção do documento, o que, segundo ela, comprometeria o cumprimento das obrigações da empresa vencedora numa posterior contratação.

III) DAS CONTRARAZÕES

A empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP**, contrarazou o recurso apresentado, alegando não se tratar de nenhum descumprimento quanto as exigências editalícias, esclarecendo que ouve

uma diferença irrelevante de alguns centavos devido arredondamento de casas decimais dos softwares divergentes utilizados para preenchimento, o que não alterou significativamente o valor total.

Deste modo, em seus pedidos, roga pelo indeferimento dos recursos, e para que seja mantida a decisão que a classificou como vencedora do certame.

IV) DO RECURSO

O edital estabeleceu que os licitantes deveriam apresentar suas propostas contendo todas as planilhas conforme item **VIII – DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA (...)**

*"No **ENVELOPE Nº 02** deverá conter a proposta formulada conforme modelo proposta eletrônica. O kit para preenchimento da proposta encontra-se disponível no site do Município www.imbituva.pr.gov.br, em "Porta da Transparência/ Licitação/ Processo Licitatório/ baixe aqui o kit proposta". O arquivo para geração da proposta, deverá ser solicitado via e-mail, controle@imbituva.pr.gov.br, estagiario1@imbituva.pr.gov.br, para o preenchimento da proposta em arquivo do Sistema Equiplano.*

a) *A proposta deverá conter a identificação da empresa licitante, no mínimo: Razão Social, endereço completo com CEP, e-mail, telefone, CNPJ, data, assinatura do representante legal, sem emendas ou rasuras, devendo conter:*

- Discriminação do objeto ofertado conforme especificações e condições previstas no Edital;

- Valor ofertado, devendo ser cotado em Real, incluindo-se todos os custos de fornecimento, dentre eles, seguros, encargos sociais, impostos, taxas, licenças e demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo serviço.

- Validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (SESSENTA) dias contados da data de abertura da mesma, não sendo informado o prazo será considerado o mínimo estabelecido no edital.

b) Anexar planilha orçamentária com os preços propostos, assinada pelo engenheiro responsável técnico pela empresa, com demonstrativo de composição do BDI.

c) Anexar planilha com o cronograma físico financeiro com os valores propostos assinada pelo engenheiro responsável técnico pela empresa.

d) As planilhas deverão corresponder ao valor proposto no espelho da proposta, sob pena de desclassificação.

e) Juntamente com a proposta impressa assinada, a empresa proponente deverá obrigatoriamente apresentar a mesma proposta salva em pen-drive que será devolvido aos proponentes após a importação do arquivo.

f) Em caso de divergência entre o preço expresso em algarismo e o por extenso, será levando em consideração o último.

g) No preço proposto já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para o Município de Imbituva.

h) A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação pelo licitante de todas as condições deste edital.

i) A proposta só será desclassificada se for de encontro, expressamente, as normas e exigências deste edital. O desatendimento **de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível sua qualificação e exata compreensão de sua proposta.(grifo nosso)**

j) Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não prevista neste edital.

k) As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no Edital, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes a especificação do objeto.

l) Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação ao objeto. "

Em análise das propostas de preço da empresa vencedora, a Comissão Permanente de Licitação classificou a proposta na sessão e declarou a empresa vencedora do certame.

Após a interposição dos recursos, e contra-razões solicitamos diligências à fim de esclarecimentos ao Departamento de Engenharia do Município, o qual emitiu parecer técnico de aceite da planilha vencedora, deste modo restando inequívoca a classificação da proposta da empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP**.

Tem-se por certo que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Nessa linha, a Administração está sujeita à observância de certas formalidades para a determinação das condições de seus contratos e para a seleção dos contratados, sendo assim, é fundamental relação entre licitação e formalidade, porem **é vedada à Administração no procedimento da licitação, realizar exigências que não produzem efeitos substanciais no resultado.**

Conforme artigo 43, § 3º da Lei 8.666/1993, foi realizada a "promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo", a jurisprudência nacional tem considerado que **falhas meramente formais** cometidas pelos licitantes, que possam ser supridas ou sanadas por informações já disponibilizadas ou que não alterem significativamente o resultado, não autorizam a inabilitação ou a desclassificação de propostas, ao contrário, autoriza que a Administração

releve certas falhas meramente formais ou que tais falhas sejam saneadas.

Nesse sentido, relacionamos um dos acórdãos mais citados sobre o tema:

*[...] Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimado-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele objetiva a Administração [...]. **O formalismo no procedimento licitatório não significa que possa se desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.** (STJ. MS 5.418/DF, 1ª Seção. Rel. Demócrito Reinaldo) (grifo nosso)*

Atende-se aqui, em primeiro plano, ao princípio da **razoabilidade**, admitindo-se um abrandamento ou a desconsideração de formalidade exigida no instrumento editalício, mas não atendida pelo licitante, desde que **não produza efeito substancial**.

Nessa linha, o TCU aponta a obrigatoriedade da realização de diligência para suprir meras irregularidades formais:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o

elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário).

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário).

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Nesse sentido, vale citar entendimento de Lucas Rocha Furtado, representante do Ministério Público de Contas da União:

É certo que, se o instrumento convocatório de uma licitação impõe determinado requisito, deve-se reputar como relevante tal exigência, arcando o licitante com as consequências de sua omissão. Essa é a regra. **Esse rigor não pode ser aplicado, no entanto, de forma a prejudicar a própria Administração.**

Nesses termos, a Administração, **afastando o excesso de formalismo, deve preferir consagrar**

vencedora a proposta mais vantajosa, mesmo que para isso tenha de abrir mão de exigências previstas no Edital, desde que isso não implique em lesão e direito dos demais participantes. (Curso de Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Atlas. 2001, p.31) (grifo nosso)

Neste mesmo sentido escreve Ronny Charles Lopes de Torres:

Embora a determinação legal imponha à Administração o cumprimento das normas e condições previstas no edital, devemos lembrar que **o formalismo não é uma finalidade em si própria, mas um instrumento utilizado na busca do interesse público, o qual, na licitação, orienta-se pela busca da melhor proposta para a Administração**, (Binômio: Vantagem e Isonomia). (Leis de Licitações Públicas Comentadas, 9ª Ed. Salvador: JusPodivm, 2018, p. 566) (grifo nosso)

Considerando que a contratação da empresa que apresentou proposta com o valor superior à da empresa vencedora pode gerar prováveis prejuízos ao erário municipal, visto que a diferença para a segunda colocada é de **R\$47.496,18** (quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezoito centavos), seria mais um motivo para reforçar a nossa decisão.

III) DA DECISÃO:

Diante do exposto, em análise do Recurso apresentado pela recorrente **M.H.WEBER BRAGA CONSTRUTORA EIRELI - EPP**, e contra-recurso pela empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI**, do qual a Comissão explanou e dirimiou todas as dúvidas sem restar espaço

para qualquer questionamento, esta Comissão Permanente de Licitação decide **MANTER** a decisão tomada na Sessão de julgamento de **CLASSIFICAR** a proposta da empresa **PRIMORDIAL CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI** e declará-la **VENCEDORA** do certame.

Encaminhamos o processo na íntegra, para que o Sr. Prefeito Municipal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento deste, tome a Decisão final.

Imbituva/PR, 20 de Abril de 2020.

Vanessa Machado de Souza

Presidente da Comissão

Amilton Tiago de Souza

Membro da Comissão

Sandro Cleone Ribeiro Borges

Membro da Comissão

Alderí Mehret Junior

Membro da Comissão

Juliane Menon de Barros

Engenheira Civil CREA-PR 88879/D